



Inspirali Educação S.A.

CNPJ/MF Nº 35.822.503/0001-27 | NIRE 31.300.130.835

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Apresentamos abaixo os principais números do quarto trimestre de 2024. **Lucro Operacional Líquido:** A receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 3.153,2 milhões. **Custos e Lucro Bruto:** Os custos dos serviços produzidos foram de R\$ 1.182,0 milhões, equivalente a 37% da receita operacional líquida. O lucro bruto foi de R\$ 1.971,2 milhões, equivalente a 63% da receita operacional líquida. **Despesas Gerais e Administrativas:** As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 794,4 milhões, representando 25% da receita operacional líquida. **Resultado Financeiro:** Foram contabilizados R\$ 495,9 milhões de despesas financeiras e R\$ 140,1

milhões de receitas financeiras. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** A linha de imposto de renda e contribuição social correntes foi de R\$ 2,3 milhões e de R\$ 7,9 milhões de imposto de renda e contribuição social diferido. **Lucro Líquido:** A Companhia registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 467,5 milhões, representando 15% da receita operacional líquida. **Caixa e Aplicações Financeiras:** Encerramos o quarto trimestre de 2024 com uma posição de caixa e aplicações financeiras de alta liquidez de R\$ 905,2 milhões que servirão para garantir a manutenção e expansão da operação. **Investimentos:** Finalizamos o quarto trimestre de 2024 com investimentos con-

solidados de R\$ 102,6 milhões, equivalente a 3% da receita líquida. **Empréstimos:** Encerramos o quarto trimestre de 2024 com o saldo de R\$ 2.022,7 milhões em empréstimos, representado basicamente pela segunda emissão de debênture. **Declaração da Diretoria:** Os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras. Belo Horizonte, 27 de março de 2025

Tiago Garcia Moraes - Diretor Financeiro e Relações com Investidores

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	BALANÇO PATRIMONIAL		BALANÇO PATRIMONIAL	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Ativos Circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	6	60.264	86.850	94.324
Aplicações financeiras	6	508.042	436.511	810.850
Contas a receber	7	684	11	578.456
Adiantamentos diversos	8	661	555	26.072
Impostos e contribuições a recuperar	9	11.371	11.761	29.552
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	612
Contas a receber com partes relacionadas	29	51	9.569	11.222
Dividendos a receber	29	216.756	290.565	-
Outros ativos circulantes		44	74	6.125
		797.873	835.896	1.556.601
Ativos mantidos para venda	13	-	-	32.000
Total do Ativo Circulante		797.873	835.896	1.570.009
Ativos Não Circulantes				
Contas a receber	7	-	-	75.249
Impostos e contribuições a recuperar	9	12.551	9.969	35.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.905	1.831	-
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	216.351
Depósitos Judiciais	22	70	487	127.345
Créditos com partes relacionadas	29	-	-	76
Outros ativos não circulantes		-	-	9.191
Investimentos	12	2.926.110	2.874.761	1.672
Imobilizado	13	1.261	766	388.652
Direitos de uso de arrendamentos	14	-	-	415.222
Intangível	15	54.242	46.725	4.519.201
		2.996.139	2.934.539	6.062.894
Total do Ativo Não Circulante		3.794.012	3.770.435	7.781.200
Total dos Ativos		4.591.885	4.606.331	15.351.209
Passivos Circulantes				
Fornecedores	14	3.010	3.335	155.056
Contas a pagar com partes relacionadas	29	284	1.129	35.138
Arrendamentos a pagar	14	-	-	109.600
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	27.680	560.474	560.486
Obrigações sociais e salariais	17	8.708	14.721	117.925
Obrigações tributárias	18	1.280	1.337	40.567
Adiantamentos de Clientes	19	290	986	92.616
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	13.565
Contas a pagar por aquisições	21	2.276	11.927	12.211
Dividendos a pagar	29	81.147	76.835	81.147
Outros passivos circulantes		-	-	36.834
		124.675	670.744	722.339
Passivos Não Circulantes				
Arrendamentos a pagar	14	-	-	747.722
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.995.067	1.482.187	1.995.067
Adiantamentos de Clientes	19	-	-	8.589
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	47.704
Contas a pagar por aquisições	21	952	11.209	59.355
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	39.257
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis	22	-	-	387.060
Outros passivos não circulantes		1	-	123.515
		1.996.020	1.493.396	3.408.269
Total do Passivo Não Circulante		2.120.695	2.164.140	4.130.608
Total dos Passivos		4.245.370	4.834.884	11.852.947
Patrimônio Líquido				
Capital social	23	357.143	355.907	357.143
Reserva de capital	23	945.259	945.259	945.259
Ajuste de avaliação patrimonial	23	17.702	19.559	19.559
Reservas de lucros	23	353.213	289.570	353.213
		1.673.317	1.606.295	1.673.317
Total do Patrimônio Líquido		1.673.317	1.606.295	1.606.295
Participação de acionistas não controladores		-	-	1.815.570
		-	-	1.815.570
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido		4.591.885	4.606.331	15.351.209

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Receita Líquida	25	-	-	3.153.185
Custo dos produtos e serviços	26	-	-	(1.181.953)
Lucro Bruto		1.971.232	1.971.232	1.971.232
Receitas (Despesas) Operacionais		1.801.066	1.801.066	1.801.066
Comerciais	26	-	-	(224.470)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	26	-	-	(126.582)
Gerais e administrativas	26	(46.721)	(64.237)	(794.430)
Resultado de equivalência patrimonial	12	617.999	616.978	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	(6.799)	76.209	(8.091)
		564.479	628.950	817.659
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		564.479	628.950	600.804
Receitas financeiras		40.600	70.632	140.147
Despesas financeiras		(280.567)	(318.877)	(495.883)
Resultado financeiro líquido	28	(239.967)	(248.245)	(355.736)
Lucro Antes dos Impostos		324.512	380.705	461.923
IRPJ e CSLL correntes	10	-	-	(2.323)
IRPJ e CSLL diferidos	10	74	55	7.858
		324.586	380.760	467.458
Lucro Líquido do Exercício		324.586	380.760	467.458
Participação da controladora		324.586	380.760	324.586
Participação de Não controladores		-	-	(162.325)

	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
	Nota	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2023 a 31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		324.586	380.760	467.458
Lucro líquido do exercício		324.586	380.760	467.458
Ajustes:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6/26	-	-	126.582
Atualização (reversão) depósitos judiciais	22	431	(228)	(468)
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	13/15/26	8.658	5.477	229.305
Amortização direito de uso de arrendamentos	14/26	-	-	115.959
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	13/15	-	39	5.232
Baixa direito de uso de arrendamentos	14	-	-	(5.017)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(617.999)	(616.978)	-
Desp. de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcel. impostos	16	277.661	315.490	277.661
Perda por impairment	15	-	-	516
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	22/26	-	-	4.122
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	28	1.541	8.940	4.176
Despesa de ajuste a valor presente sobre arrendamentos	14/28	-	-	103.567
Multa entrega de imóveis	14/28	-	-	1.528
Receita com descontos recebidos sobre arrendamentos	14	-	-	(224)
Valor justo ativo disponível para venda		-	-	7.305
Valor justo bolsa Proies		-	-	17.062
Valor justo Ean Out	(2.895)	(40.055)	(2.895)	(69.297)
Extinção de débito com controladora		-	-	(40.475)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10	(74)	(55)	(5.535)
Despesa c/cos recebíveis do imóvel da PGP		-	-	4.391
Redução (aumento) de adiantamentos diversos	(8.091)	12.915	1.343.644	1.189.960
Variação nos ativos e passivos operacionais:		(1.371)	(4.357)	(212.464)
Redução (aumento) de contas a receber	(673)	1.605	(239.820)	(74.378)
Redução (aumento) de contas a receber partes relacionadas	9.518	(8.529)	35.589	32.025
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(106)	(125)	1.029	17.694
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	(2.192)	(12.602)	11.117	(9.091)
Redução (aumento) de outros ativos	30	3.720	25.745	13.479
Redução (aumento) de reembolso a receber de antigos proprietários	-	-	479	(9.419)
(Redução) aumento de fornecedores	(325)	1.275	22.817	(22.223)
(Redução) aumento de contas a pagar partes relacionadas	(845)	994	10.705	(97.206)
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salariais	(6.070)	11.393	(29.137)	51.794
(Redução) aumento de adiantamento de clientes	(696)	986	(9.618)	14.828
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições	-	-	(8.097)	(9.543)
(Redução) aumento de títulos a pagar	-	(2.816)	19.247	21.132
(Redução) aumento de provisão para riscos trabalhistas, tributários e civis	22	-	(46.041)	(61.389)
(Redução) aumento de outros passivos	2	1	(2.678)	(5.670)
(Redução) aumento de créditos tributários	-	-	(8.861)	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:		(1.371)	(4.357)	(212.464)
Juros pagos empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(290.175)	(316.220)	(290.175)
Juros pagos sobre arrendamentos	14	-	-	(103.567)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(1.494)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(299.637)	(307.662)	735.944
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		(279.207)	(336.819)	(602.330)
Aumento de capital de não controladores		-	-	(22.767)
Aumento de capital em controlada	(68.608)	(30.268)	-	-
Reserva de capital em controlada	(60)	-	-	-
Aquisições de controladas líquidas dos caixa adquiridos		-	-	(3.698)
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras	(30.669)	148.787	27.949	135.331
Resgate de aplicações financeiras	(40.862)	(70.258)	(94.743)	(110.208)
Compra de ativo imobilizado	13	(727)	(528)	(69.995)
Compra de ativo intangível	15	(15.943)	(40.288)	(32.646)
Dividendos recebidos		709.127	571.773	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		552.258	575.520	(178.907)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		(279.207)	(336.819)	(602.330)
Mútuos com partes relacionadas		-	-	76
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	(105)
Captações	1.992.600	-	1.992.600	4.926
Amortizações	(2.000.000)	-	(2.000.012)	(6.074)
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	16	(20.411)	(73.315)	(37.543)
Pagamento de arrendamentos	14	-	-	(105.961)
Pagamento de multa sobre entrega de imóveis	14	-	-	(8.784)
Amortização de ações preferenciais		-	-	(173.398)
Aumento de capital/Custo de captação		1.236	-	1.236
Dividendos pagos	(252.632)	(280.967)	(270.544)	(293.163)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento		(279.207)	(336.819)	(602.330)
Fluxo de Caixa (Aplicado) Gerado no Exercício		(26.586)	(68.961)	(45.293)
Variação das Disponibilidades		(26.586)	(68.961)	(75.836)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6	86.850	155.811	139.617
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	6	60.264	86.850	94.324

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Contexto Operacional: A Inspirali Educação S.A., ("Inspirali" ou "Companhia"), foi constituída em 11 de dezembro de 2019, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é a Holding de medicina do Ecossistema Anima (Anima Holding S.A. - controladora do Grupo), sendo uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto a administração de instituições de ensino de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura. A Inspirali Educação S.A. e suas controladas doravante serão referidas como "Grupo" para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1. **Declaração de conformidade (em relação às normas IFRS e aos pronunciamentos técnicos do CPC):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. 2.2. **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição. 2.2.1. **Demonstração do Valor Adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. 2.3. **Bases de consolidação e equivalência em investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina. Os exercícios sociais das controladas, coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da Controladora. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia mantinha as seguintes participações em controladas, controladas em conjunto, e coligadas:

	Participação (%)	
	31/12/2024	31/12/2023



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.

adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, como "Lucros ou prejuízos acumulados" para posterior deliberação da assembleia de acionistas quanto à destinação destes valores. **(c) Coligações e empreendimentos controlados em conjunto:** Coligações são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. Os investimentos em coligações e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligações e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligações e joint ventures é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mudanças das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou joint venture ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligações, são reconhecidos na demonstração do resultado. **4.2. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação quando os saldos patrimoniais são mensurados. Os ganhos e/ou perdas cambiais relacionados às transações são apresentados líquidos na demonstração do resultado. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. **4.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor. **4.4. Ativos financeiros:** **4.4.1. Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **(i) Ativos financeiros ao custo amortizado:** Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos. **(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem. Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **4.4.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **4.4.3. Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo determinado, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, a determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **4.4.4. Impairment:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CP. 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **4.4.5. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **4.4.6. Instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher o método e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **4.5. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das estimativas para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **4.6. Depósitos judiciais:** Existem movimentações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo. A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras. Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários. **4.7. Ativos de indenização:** São despesas ou indenizações de responsabilidade de ex-proprietários das empresas do Grupo ou relacionadas ao contrato de compra e venda. Os ativos de indenização têm um passivo relacionado. Os ativos de indenização são contabilizados na rubrica "Direitos a receber por aquisições" do balanço patrimonial. **4.8. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Terrenos e obras em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

Anos	Beneficiários em imóveis de terceiros
10-34	Edificações
25-40	Máquinas e equipamentos
10	Biblioteca e videoteca
10	Móveis e utensílios
5	Computadores e periféricos
10	Equipamentos de laboratório
5-10	Outros

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de liquidação de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **4.9. Ativos mantidos para venda:** Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de transação. Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. **4.10. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm sua amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos bens. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças, patentes EAD e ágio, que não sofrem amortização, e são testados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição. O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. As licenças adquiridas em combinações de negócios referem-se aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. Essas licenças são avaliadas como tendo vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que tal licença é concedida a probabilidade de perda é praticamente nula. Licenças, patentes EAD e ágio não são amortizados. A amortização de outros intangíveis é calculada pelo método linear para reduzir seu custo aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, conforme segue:

Anos	Marcas e patentes
30	Carteira de clientes
4,5 - 5	Acordo de não competição
8	Tecnologia
5	Software
3	Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância
3	Desenvolvimento MEC

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso; • A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo; • Há capacidade de usar o intangível; • Pode ser demonstrado como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos; e • Os gastos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos. **4.11. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combina-

ção de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **4.12. Combinação de negócios:** O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende: • Valores justos dos ativos transferidos; • Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido; • Participações societárias emitidas pelo grupo; • Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente; e • Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida. O Grupo utiliza especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exerce julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios. Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos. O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa. Quando a identificação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é feita, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data da aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro. A contraprestação contingente é classificada como uma variação do valor justo reconhecidas no resultado. **4.13. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **4.14. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a transação esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **4.15. Provisões de processos judiciais:** As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contrato de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como um incremento na provisão para juros. Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartidas não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante. **4.16. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre o renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. **4.16.1. IRPJ e CSLL Corrente:** Conforme descrito na nota explicativa 4.18.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos. O imposto de renda e a contribuição social a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a contribuição social correntes foram calculados com base nos valores estimados em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI. Os ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre o renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **4.16.2. IRPJ e CSLL Diferido:** Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra as quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é baseada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações. O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sendo as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicada no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido. **4.17. Reconhecimento de receita:** **4.17.1. Mensalidades:** A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos in company, na forma de ensino presencial e a distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software. A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará, parcialmente, conforme condições contratuais vigentes, a primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos. As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Praxial antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como "Adiantamentos de clientes" e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidade em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico. **4.17.2. Eventos:** As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos. **4.17.3. Outras receitas:** Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, câmeras complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado, pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria dessas serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e equise simultaneamente com seu recebimento. **4.18. Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo:** **4.18.1. FIES:** O Fundo de Financiamento Estudantil ("FIES") é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de Instituições Privadas de Ensino Superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC"). Sob essa estrutura básica, o FIES visa ampliar os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CTFE (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal. Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei nº 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei nº 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1). O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros. Outros reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também liberou os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020. As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES. **4.18.2. PROUNI:** O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

A Lei nº 14.350, publicada em 25 de maio de 2022, altera as Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e nº 11.128, de 28 de junho de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Lei antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025. As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a alunos aptos a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, a IES deve à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte. A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão: • IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e • PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais e de pós-graduação em tecnologia. A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2024 e 2023. **4.19. Resultado financeiro líquido:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando cobradas. **4.20. Arrendamento:** As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes com um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou taxa; • Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo essa a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

	% por anos	
	0 a 8 anos	9 a 16 anos
São Paulo	11,31% a 13,50%	12,25% a 12,75%
Minas Gerais	11,37% a 12,87%	11,12% a 13,12%
Santa Catarina	10,31% a 12,56%	10,56% a 12,81%
Bahia	11,50% a 13,65%	10,50% a 13,50%
Goias	-	-
Rio Grande do Norte	10,96% a 13,25%	8,53%
Pará	-	13,25%

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • Quaisquer custos diretos iniciais; e • Custos de restauração, quando aplicável. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador. **4.21. Distribuição de lucros:** De acordo com o estatuto, para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Para a controlada VC network, o estatuto determina a distribuição de 100% do resultado do exercício. Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é provisionada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária. **4.22. Transações com partes relacionadas:** Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e de acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades. **4.23. Relatório de segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo. • **Inspirali Medicina** - Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina. • **Educação Continuada Medicina** - Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos in company, publicações de livros e revistas para os cursos de Medicina. • **Ex-Medicina** - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância. A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Companhia, não tem benefício adicional para análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento. **4.24. Adoção de novas normas e práticas contábeis:** Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data, que afete materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente. **4.25. Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir: Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025: • IAS 21 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis Vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025: • Alteração IFRS 9 - Divulgação de informações quantitativas para termos contratuais. Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027: • IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis; IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública; Divulgações. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração segue em constante análise sobre possíveis novas normas que venham a lhe afetar. Ademais a Companhia não espera que a adoção das normas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **5. Combinação de Negócio: 5.1. Composição preço de compra e ágio:**

	EMR
Data de aquisição	02/12/2024
% Participação	100,00%
Pagamento à vista	15.000
Pagamentos parcelados	10.000
Earn-out	50.000
Valor nominal da aquisição	75.000
(-) Ajuste a valor presente	(23.119)
Valor presente da aquisição	51.881
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	23.136
Ágio gerado na aquisição	28.745

Em 2 de dezembro de 2024, o IBCMED efetuou a aquisição integral da Eu Médico Residente ("EMR"), pagando o montante à vista de R\$ 15.000, permanecendo em aberto o saldo a pagar de R\$ 60.000, sendo R\$ 10.000 referente ao preço de compra de R\$ 50.000 de earn-out. **5.2. Valor justo das aquisições:**

Ativos	Controladora	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	76	11	17.299	41.591
Ativos circulantes	60.188	86.839	77.025	98.026
Imobilizado	60.264	86.850	94.324	139.617
Intangível	-	-	-	3.789
Marca	-	-	-	22.345



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.

7. Contas a Receber:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Contas a receber mensais, FIES - Financiamento estudantil, Perdas estimadas, etc.

(a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de crédito e cheques devolvidos. Para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas realizaram antecipação de recebíveis e cessão de direitos fiduciários...

Table with columns: Saldo das contas a receber, Perdas estimadas, % Perda por faixa de vencimento. Rows include A vencer, Cartão de Crédito, FIES, etc.

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento. A movimentação das perdas estimadas nos exercícios é como segue:

Table with columns: Saldo inicial, Perdas estimadas no exercício, Títulos baixados no exercício. Rows include Saldo inicial, Perdas estimadas no exercício, etc.

(i) Refere-se a títulos baixados na contabilidade, os quais estão vencidos há mais de dois anos. Informação complementar sobre o impacto causado pelo ambiente econômico do país. O saldo de contas a receber de mensalidades compreende recebíveis relacionados a: (i) estudantes de medicina em cursos de graduação e pós-graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina; (ii) estudantes em demais cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec...

Table with columns: Estudantes medicina, Estudantes não medicina, Total. Rows include Graduação, Pós-Graduação, Cartões, cheques, outros, etc.

Para os estudantes de medicina temos 37,4% e para os estudantes não medicina temos 46,9%, respectivamente, das perdas estimadas referentes a contas a receber vencidas em até 360 dias.

Table with columns: Estudantes medicina, Estudantes não medicina, Total. Rows include Graduação, Pós-Graduação, Cartões, cheques, outros, etc.

Para os estudantes de medicina temos 28,4% e para os estudantes não medicina temos 45,4%, respectivamente, das perdas estimadas referentes a contas a receber vencidas em até 360 dias. O saldo de contas a receber mensalidade e o de contas a receber financiamentos, está demonstrado abaixo:

Table with columns: Saldo das contas a receber, Perdas estimadas, % Perda por faixa de vencimento. Rows include A vencer, Cartão de Crédito, Vencidos, etc.

Table with columns: Saldo das contas a receber, Perdas estimadas, % Perda por faixa de vencimento. Rows include A vencer, Cartão de Crédito, Vencidos, etc.

8. Adiantamentos Diversos:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Fornecedores, Colaboradores (a), Total.

(a) Refere-se, principalmente, a adiantamento de férias.

9. Impostos e Contribuições a Recuperar:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include IRRF (a), IRPJ/CSLL (b), Saldo Negativo IRPJ/CSLL (c), etc.

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras.

(b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para ajuste anual da apuração do lucro real. (c) Referem-se aos valores recuperáveis das IES que serão objeto de PER/DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela RFB.

10.1. Créditos fiscais não constituídos:

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada sobre as diferenças entre bases contábil e fiscal. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou líquido do passivo de tais instituições é próxima a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão calculados às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente. Ativo - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa; entretanto, o registro contábil de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A Controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 782.708 (R\$ 480.935, em 31 de dezembro de 2023) e, no consolidado, o montante é de R\$ 1.145.430 (R\$ 765.292, em 31 de dezembro de 2023), não sujeitos a prazo prescricional. Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Imposto de renda, Contribuição social, Total.

10.2. Conciliação da taxa efetiva:

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Lucro (prejuízo) antes de IRPJ e CSLL, Alíquota fiscal combinada, IRPJ e CSLL calculados pela alíquota fiscal combinada, etc.

Table with columns: Constituição/Reversão de crédito tributário, Estorno de crédito tributário, Compensação com parcelamento, Compra crédito tributário, Compensação tributo diferido passivo. Rows include 31/12/2023, 31/12/2024.

Table with columns: Amortização de tributo diferido sobre a mais valia, Compensação com tributo diferido, Transfêrencia, Combinação de negócios. Rows include 31/12/2023, 31/12/2024.

Table with columns: Amortização de tributo diferido sobre a mais valia, Compensação com tributo diferido, Transfêrencia, Combinação de negócios. Rows include 31/12/2022, 31/12/2023.

Table with columns: Amortização de tributo diferido sobre a mais valia, Compensação com tributo diferido, Transfêrencia, Combinação de negócios. Rows include 31/12/2022, 31/12/2023.

Table with columns: Amortização de tributo diferido sobre a mais valia, Compensação com tributo diferido, Transfêrencia, Combinação de negócios. Rows include 31/12/2022, 31/12/2023.

Table with columns: Amortização de tributo diferido sobre a mais valia, Compensação com tributo diferido, Transfêrencia, Combinação de negócios. Rows include 31/12/2022, 31/12/2023.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Lucro (prejuízo) antes de IRPJ e CSLL, Alíquota fiscal combinada, IRPJ e CSLL calculados pela alíquota fiscal combinada, etc.

11. Direitos a Receber por Aquisições:

Reembolsáveis por alienantes (a) (d), Ativos de indenização (b), Empréstimos a terceiros (c) (d).

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Ativo Circulante, Ativo Não Circulante.

(a) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, IEDUC, Unifig, UAM e APEC provenientes de processos judiciais e parcelamentos fiscais pagos pelas controladas da Companhia que, de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores foram compensados com aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários. (b) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 22), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. Parte significativa dos ativos de indenização teve origem na aquisição da UAM e será reembolsada pelos vendedores se, e quando, as provisões referentes aos processos judiciais se tornarem devidas. Na hipótese de não serem reembolsados, os valores serão deduzidos do aluguel de imóveis que foram devidos aos vendedores, conforme previsto em contrato. (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 0,75% a.m., com prazo de vencimento até 2035. O empréstimo é garantido pelo pagamento do arrendamento devidos aos antigos proprietários. (d) Em 31 de dezembro de 2024, temos um saldo de R\$ 29.924 a receber dos antigos controladores da IEDUC e de R\$ 78.258 referentes a Unifig.

12. Investimentos:

As principais informações financeiras do exercício das controladas diretas, coligadas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

Table with columns: Participação no patrimônio líquido, Total dos ativos, Total de passivos, Participação de acionistas não controladores, Resultado de demais participações. Rows include VC Network (ii), Sobepe, IBCMED, Medroom, Ágio.

(i) Refere-se à participação de acionistas minoritários. (ii) Refere-se à participação de 55% da Companhia no capital social da VC Network, que é representada por ações ordinárias que dão direito ao resultado líquido das operações oriundas dos cursos de Medicina. Caso, no encerramento do exercício, o resultado das operações não relacionadas à graduação de medicina impacte a distribuição do resultado da VC Network, a Anima indenizará a Inspiralí referente a este impacto e vice-versa. Os critérios de rateio para apuração dos resultados das operações na VC Network foram revisados por firma independente de auditoria e aprovados pelos órgãos de governança da Inspiralí e pelo Conselho de Administração da Anima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia, por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Segue abaixo as controladas que possuem participação de acionistas não controladores:

Table with columns: Participação no patrimônio líquido, Total dos ativos, Total de passivos, Participação de acionistas não controladores, Resultado de demais participações. Rows include Unifig, FASEH, VC Network.

Movimentação dos saldos no exercício:

Table with columns: Saldo em 31/12/2023, Aumento de capital, Resultado de equivalência patrimonial, Reserva de capital, Distribuição de dividendos, Saldo em 31/12/2024. Rows include Ativo Medroom, Sobepe, VC Network, IBCMED, Ágio.

13. Imobilizado:

Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros.

Table with columns: Saldo em 31/12/2023, Aumento de capital, Resultado de equivalência patrimonial, Reserva de capital, Distribuição de dividendos, Saldo em 31/12/2024. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, etc.

14. Direitos de Uso de Arrendamentos e Arrendamentos a Pagar:

Movimentações dos saldos: A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Table with columns: Ativo, Passivo, Resultado. Rows include Adição e renursuração, Baixa, Pagamento, Amortização, Despesa financeira, Pagamento de multas (i), Despesa com multa (i), Saldo em 31/12/2024, Ativo Circulante, Ativo Não Circulante.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Table with columns: Ativo, Passivo, Resultado. Rows include Adição e renursuração, Baixa, Pagamento, Concessão de pagamentos, Amortização, Despesa financeira, Pagamento de multas (i), Despesa com multa (i), Saldo em 31/12/2023, Ativo Circulante, Ativo Não Circulante.

(i) Valor referente às multas em decorrência das devoluções de imóveis das instituições UAM, UNP, FACS, Brasil e Áges. Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Table with columns: Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include 2026, 2027, 2028, 2029, Após 2029, Total.

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período, projetando a inflação de 4,96% ao ano para 2025, 4,01% para 2026, 3,83% para 2027 e os anos posteriores a 2027, conforme boletim Focus publicado em 27 de dezembro de 2024. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

Table with columns: Sem inflação, Com inflação, % Variação. Rows include Direito de uso líquido, Passivo de arrendamento, Despesa de amortização, Despesa financeira.

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescida da inflação futura projetada não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

15. Intangível:

Intangíveis reconhecidos pelo custo, Intangível em desenvolvimento.

Table with columns: Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Intangíveis reconhecidos pelo custo, Intangível em desenvolvimento, Total.

Intangíveis em combinações de negócios:

Table with columns: Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Ágio, Marcas e patentes, Licença, Carteira de clientes, Polos EAD, Material EAD, Tecnologia, Total.

Intangíveis reconhecidos pelo custo:

Table with columns: Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Softwares, Desenv. conteúdo EAD, Intangível em desenvolvimento, Total.

Total do Intangível

Table with columns: Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Taxas anuais de depreciação, Custo de aquisição, Depreciação acumulada, Imobilizado líquido, Imobilizado total.

continua

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2023, Adições, Depreciações, Reclassificação, Saldo líquido em 31/12/2024. Rows include Computadores e periféricos, Móveis e utensílios, Imobilizado em andamento, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Depreciações, Reclassificação, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2023, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2024. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2022, Adições, Baixas, Depreciações, Reclassificação, Combinação de Negócios, Saldo líquido em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Benfeitorias em imóveis de terceiros, Móveis e utensílios, Máquinas e equipamentos, Edificações, Terrenos, Biblioteca e videoteca, Imobilizado em andamento, Equipamentos de laboratório, Outros, Total.

continua



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.

A movimentação do intangível da controladora e do consolidado são como segue:

Table with columns for Intangíveis reconhecidos pelo custo, Intangíveis em desenvolvimento, and Intangíveis em combinação de negócios. Includes sub-headers for Saldo líquido em 31/12/2023, Adições, Reclassificação, Amortização, and Saldo líquido em 31/12/2024.

a) Transferências realizadas entre as empresas que estão sob o controle da Inspirali para empresas que estão sob o controle da Anima Holding mas que não fazem parte da Inspirali. 15.1. Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa: Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

Table showing Intangíveis amortizáveis and Intangíveis não amortizáveis. Columns include Carteira de clientes, Marcas e patentes, Tecnologia, Licença, Polos EAD, and Ágio. Rows list various assets like IEDUC, Sociess, Ages e Vidam, etc.

15.2. Teste ao valor recuperável de ativos (impairment): Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, polos EAD e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, revisamos nossas premissas e estimativas para todas as nossas UGCs, confrontamos nossas projeções com os dados previstos de nossas operações e não identificamos efeitos consideráveis nos resultados que poderiam resultar em uma redução de valor recuperável. Assim, como não identificamos impactos significativos que façam com que o valor contábil exceda o valor recuperável das UGCs, não houve a necessidade de reconhecimento de revisão do valor recuperável de tais ativos, exceto pelo ágio do Orendiente (incorporado pelo IBCMED), com perda de R\$ 516 reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

15.2.1. UGCs dos segmentos Inspirali Educação Médica e Ex-Medicina: Para estimar o valor recuperável das UGCs utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2024, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo. As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso nas UGCs foram:

Table with columns for Participantes do PROUNI e Não ofertam graduação. Rows include Taxa de desconto ao ano (pre-tax), Período de projeção, Crescimento ao ano na perpetuidade, etc.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGCs a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

16. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Table with columns for Contrato, Valor captado, Taxa média de juros, Data de início, Data final, Forma de pagamento, and Indicadores financeiros (covenants). Rows include Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão, Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão, etc.

20. Parcelamento de Impostos e Contribuições:

Table with columns for PROIEES (a) (d), RFB (b), RFB LEI 14.740 (d) (e), RFB PERT LEI 13.496 (b), PGFN (b), FGTS (c), PRT IV (b), IPTU, Outros parcelamentos (b), Passivo Circulante, and Passivo Não Circulante. Rows include various financial metrics and dates.

17. Obrigações Sociais e Salariais:

Table with columns for Salários, INSS, FGTS, PLR, Outros, and Total. Rows include various social and salary obligations for 2024 and 2023.

21. Contas a Pagar por Aquisições:

Table with columns for Earn outs, Parcelamentos, and Total. Rows include Aquisição da Medroom, Aquisição da Ages (a), Aquisição EMR (b), Aquisição MedPós, etc.

18. Obrigações Tributárias:

Table with columns for IRRF, ISS, PIS e COFINS, IRPJ/CSLL, Outros (a), Total, Passivo Circulante, and Passivo Não Circulante. Rows include various tax obligations for 2024 and 2023.

22. Depósitos Judiciais e Provisão para Riscos Trabalhistas, Tributários e Cíveis:

Table with columns for Provisão para Riscos Trabalhistas, Provisão para Riscos Tributários, Provisão para Riscos Cíveis, and Total. Rows include various provisions for 2024 and 2023.

19. Adiantamentos de Clientes:

Table with columns for Adiantamento de alunos (a), Crédito bolsas (b), Faturamento antecipado de clientes (c), Projetos de pesquisa, Total, Passivo Circulante, and Passivo Não Circulante. Rows include various advance payments for 2024 and 2023.

23. Patrimônio Líquido:

Table with columns for Ações Ordinárias, Ações Ordinárias - DNA Capital (I), Total geral de ações, and Total. Rows include various equity components for 2024 and 2023.

Table with columns for Saldo inicial, Ajuste a valor presente, Correção monetária, Pagamentos, Adições - aquisição de empresas, Atualização a valor justo de earn-out, Atualização a valor justo de opção de resgate, Extinção de débito com controladora, Saldo final, Controladora, and Consolidado. Rows include various balance sheet items for 2024 and 2023.

Table with columns for 2026, 2027, 2028, and Após 2028. Rows include various future cash flow items.

22. Depósitos Judiciais e Provisão para Riscos Trabalhistas, Tributários e Cíveis:

Table with columns for Provisão para Riscos Trabalhistas, Provisão para Riscos Tributários, Provisão para Riscos Cíveis, and Total. Rows include various provisions for 2024 and 2023.

22.2. Movimentação: A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

Table with columns for 31/12/2023, Adição/Reversão, Adição/INSS (d), Paga-mentos, Atuali-zação, Indenizações judiciais, and 31/12/2024. Rows include various provision movements for 2024 and 2023.

22.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço:

Table with columns for 31/12/2023, Adição/Reversão, Adição/INSS (d), Paga-mentos, Atuali-zação, Indenizações judiciais, and 31/12/2024. Rows include various loss provisions for 2024 and 2023.

(a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações. (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, a discussões e interpretações da legislação tributária vigente que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. As principais causas reconhecidas no período estão listadas abaixo: SOIESC; Na aquisição da SOIESC, a Administração assumiu a discussão das obrigações tributárias relacionadas ao questionamento sobre a imunidade tributária da SOIESC em três lides de ações ajuizadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na data destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda uma decisão sobre o mérito dos casos. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível. Foi constituída provisão para esses processos com base na aquisição da SOIESC no valor de R\$ 49.100, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. UAM; a UAM é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte o Ministério da Fazenda Nacional, o Município de São Paulo e a PGFN. Caso a UAM perca essas ações, para alguns casos a controladora será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UAM. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 54.520 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 26.543 em 31 de dezembro de 2023. UNP; a UNP é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte os municípios de Natal e Mossoró e o Ministério da Fazenda Nacional. Caso a UNP perca essas ações, para alguns casos a controladora será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UNP. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 23.281 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 26.543 em 31 de dezembro de 2023. (c) As provisões cíveis estão relacionadas, principalmente, ao processo judicial que solicita indenização do Centro de Estratégia Operacional Propaganda e Publicidade e Comércio Ltda. pelo uso indevido de software da Rede Brasileira de Educação a Distância S/C Ltda., do qual UAM e APEC faziam parte. Em 31 de dezembro de 2024, a provisão total para essa causa é de R\$ 27.879 (R\$ 84.186 em 31 de dezembro de 2023). Caso essa causa seja perdida, o valor será ressarcido pelos antigos proprietários da UAM e da APEC. Os demais saldos referem-se a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, a cobrança e indenizações, dentre outras. (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual, conforme determinação da Lei 11.096/2005, para as entidades que aderiram ao programa PROUNI e transformaram-se de entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. O valor está sendo contabilizado em resultado na rubrica "despesas com pessoal". 22.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço:

Table with columns for 31/12/2023, Adição/Reversão, Adição/INSS (d), Paga-mentos, Atuali-zação, Indenizações judiciais, and 31/12/2024. Rows include various loss provisions for 2024 and 2023.

22.4. Depósitos Judiciais:

Table with columns for 31/12/2023, Adição/Reversão, Adição/INSS (d), Paga-mentos, Atuali-zação, Indenizações judiciais, and 31/12/2024. Rows include various judicial deposits for 2024 and 2023.

22.5. Depósitos Judiciais:

Table with columns for 31/12/2023, Adição/Reversão, Adição/INSS (d), Paga-mentos, Atuali-zação, Indenizações judiciais, and 31/12/2024. Rows include various judicial deposits for 2024 and 2023.

22.6. Depósitos Judiciais:

Table with columns for 31/12/2023, Adição/Reversão, Adição/INSS (d), Paga-mentos, Atuali-zação, Indenizações judiciais, and 31/12/2024. Rows include various judicial deposits for 2024 and 2023.

22.7. Depósitos Judiciais:

Table with columns for 31/12/2023, Adição/Reversão, Adição/INSS (d), Paga-mentos, Atuali-zação, Indenizações judiciais, and 31/12/2024. Rows include various judicial deposits for 2024 and 2023.



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.

com o IBCMED, pelo qual exerceu a opção da aquisição dos 49% restantes do capital, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O valor de R\$ 1.857 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 refere-se à atualização a valor justo do parcelamento do valor dessa aquisição. Valor justo de passivo de resgate de ações: Em 23 de novembro de 2021, a Inspiralí assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias do IBCMED Serviços de Educação S.A. O contrato previa opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra foram mensurados com base em um múltiplo do EBITDA do IBCMED do exercício anterior da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) a valor presente foi contabilizado como "contas a pagar por aquisições" em contrapartida ao patrimônio líquido. Em 04 de julho de 2023, a Inspiralí assinou um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, pelo qual exerceu a opção da aquisição dos 49% restantes do capital, tornando-se detentora da totalidade de suas ações.

24. Participação de Acionistas Não Controladores:

Table with columns: VC Network, FASEH, UnifFG, IBCMED, Total. Rows include Saldo em 31 de Dezembro de 2022, Aquisição de ações dos acionistas não controladores (i), Ganho no aumento de capital desproporcional em controlada (ii), Dividendos desproporcionais do IBCMED, Resultado do exercício, Dividendos distribuídos, Saldo em 31 de Dezembro de 2023, Amortização de ações preferenciais (iii), Resultado do exercício, Dividendos distribuídos, Saldo em 31 de Dezembro de 2024.

(i) Participação de acionistas não controladores da Inspiralí referente ao valor estimado a ser pago para adquirir a totalidade da participação no IBCMED até o final de 2026. O valor justo das opções de venda foi contabilizado como "contas a pagar em aquisições" (nota explicativa 21). (ii) Refere-se ao ganho sobre o ágio na emissão de ações desproporcional a participação no aumento de capital da VC Network que foi realizado em 1º de novembro de 2023. (iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovados, em assembleias gerais extraordinárias da controlada VC Network, a utilização de reservas para amortização parcial de 2.275.241 ações preferenciais da VC Network, no valor de R\$ 173.398. As amortizações ocorreram sem redução do capital social da controlada. As ações amortizadas foram substituídas por ações de fruição que persistirão com os mesmos direitos conferidos às ações.

26. Receitas e (Despesas) por Natureza:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Medicina, Ex-Medicina, Total. Rows include Gastos com pessoal, Gastos com aluguel e ocupação (a), Gastos com serviços de terceiros, Propaganda e publicidade, Perdas estimadas, Despesas com depreciação, Despesas com amortização, Despesas com amortização direito de uso, Manutenção, Deslocamentos, Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis, Impostos e taxas, Multa para devolução de imóveis, Valor justo earn-out, Extinção de crédito com controlada, Perda por impairment, Bolsa Pesquisa Preceptores, Rateio de despesa com amortização e depreciação, Outras receitas (despesas) líquidas (b), Total.

(a) Referem-se, principalmente, a gastos com energia elétrica e IPTU, bem como as despesas com aluguéis cujos contratos não possuem as características para estarem dentro do escopo da norma contábil IFRS 16 (nota explicativa 14). (b) Determinados saldos de custos/receitas da controladora foram reclassificados para "Outras despesas/receitas operacionais" para melhor apresentação em conformidade com as atividades do Grupo, e de forma consistente nos períodos apresentados. 27. Informações por Segmentos de Negócios:

Table with columns: 01/01/2024 a 31/12/2024, 01/01/2023 a 31/12/2023, Medicina, Educação continuada, Ex-Medicina, Total. Rows include Receita Líquida, Custo dos produtos e serviços, Lucro Bruto, Receitas (Despesas) operacionais, Resultado operacional antes do resultado financeiro, Resultado financeiro líquido, Lucro (Prejuízo) antes de impostos, Lucro (Prejuízo) do exercício, Participação de controladores, Participação de não controladores, Informações adicionais.

28. Resultado Financeiro, Líquido:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Medicina, Ex-Medicina, Total. Rows include Receitas financeiras, Receita com aplicações financeiras, Receita com juros de mensalidades, Desconto obtido com arrendamento, Desconto obtido, Impostos e outras receitas, Total, Despesas financeiras, Despesa financeira de arrendamento, Despesa de juros com empréstimos, Juros de financiamento Pravalter, Despesa bancária, Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos, Variações Monetárias Passivas s/Tributos, Outras despesas, Total, Resultado Financeiro.

29. Transações com Partes Relacionadas: A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

Table with columns: Ativo, Passivo, Contas a receber (a), Dividendos a receber, Fornecedores, Dividendos a pagar, Contas a receber (a), Dividendos a receber, Fornecedores, Dividendos a pagar. Rows include Ânima Holding, Sobepe, VC Network, IBCMED, DNA Capital, Outros, Total.

Table with columns: Ativo, Passivo, Contas a receber (a), Fornecedores, Dividendos a pagar, Contas a receber (a), Mútuos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Receitas. Rows include Ânima Holding, Unimonte, FACEB, Politécnico, Catalana, Vidam, UNICURITIBA, Escola.I.Sta.Catarina, Rede, ASPEC, FADERCS, IBMR, SOCEC, UNIRITTER, DNA Capital, Outros, Total.

(a) Refere-se principalmente ao rateio dos gastos da Companhia para suas controladas.

29.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração incluí os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Benefícios de curto prazo. Rows include Benefícios de curto prazo.

preferências não amortizadas, inclusive a que tangem ao direito a dividendos.

25. Receita Líquida De Produtos E Serviços:

Table with columns: 01/01/2024 a 31/12/2024, 01/01/2023 a 31/12/2023, Medicina, Ex-Medicina, Total. Rows include Receita bruta de produtos e serviços, Receita FIES, Descontos em mensalidades, Impostos sobre faturamento, Comissões, Ajuste a valor presente, Receita líquida, Reconhecimento de receita, Reconhecha ao longo do tempo, Reconhecha no momento da prestação.

(a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FUNEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalter e pagas aos Polos EAD. Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

Table with columns: 01/01/2024 a 31/12/2024, 01/01/2023 a 31/12/2023, Medicina, Ex-Medicina, Total. Rows include Gratuidade PROUNI, Bolsas e descontos concedidos, Convênios com empresas, Devoluções, abatimentos e outros, Descontos em mensalidades.

(a) Risco de liquidez - é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.

Table with columns: Menos de 1 ano, Entre 1 e 2 anos, Acima de 2 anos, Total. Rows include Fornecedores, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar por aquisições, Arrendamentos a pagar.

Em 31 de dezembro de 2024:

Table with columns: Fornecedores, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar por aquisições, Arrendamentos a pagar.

Em 31 de dezembro de 2023:

Table with columns: Fornecedores, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar por aquisições, Arrendamentos a pagar.

(b) Risco de crédito - É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventual perda. (i) Contas a receber: A Companhia e suas controladas pactuaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é usualmente bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia e suas controladas estão sempre implementando medidas em busca de reduzir o saldo de valores vencidos. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curso prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado. (ii) Instrumentos financeiros: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating da agência Fitch Rating (nota explicativa 30.4), e de acordo com limites previamente estabelecidos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Controladora, Consolidado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, Contas a receber, Contas a receber partes relacionadas, Adiantamentos diversos, Créditos com partes relacionadas, Total.

(c) Risco de mercado - É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilarem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio. (i) Risco de juros - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a índices de correção (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros. A Companhia não tem contratos firmados de proteção contra esse tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas. Os fundos de renda fixa de crédito privado têm o objetivo de acompanhar a variação do CDI, através da alocação em papéis de renda fixa, derivativos e cotas de fundos de investimento, negociados nos mercados interno e externo, sendo vedada exposição de renda variável e alavancagem. As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante estão demonstradas na nota explicativa 16. 30.2. Gestão de capital: A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira. A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Controladora, Consolidado. Rows include Empréstimos, financiamentos e debêntures, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras.

(A) Dívida líquida, (B) Dívida líquida + Patrimônio líquido, (A/B) Índice de alavancagem financeira.

30.3. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas: (a) Valor justo versus valor contábil: Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação. Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa 16), trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado. A taxa média de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2024, foi de 12,71% (12,26 em 31 de dezembro de 2023). Os valores justos estimados são como seguem:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Controladora, Consolidado. Rows include Passivos financeiros líquidos, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar por aquisições, Total.

(b) Hierarquia do Valor Justo: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar. 30.4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Controladora, Consolidado. Rows include Contrapartes sem classificação externa de crédito, Caixa e bancos, Bancos, Aplicações financeiras - Investimento.

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings. 31. Análise de Sensibilidade: Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI - 1,25% (divulgada pela CETIP), INPC - 4,77% e IPCA - 4,83% (divulgada pelo IBGE) e Selic - 12,25% (Banco Central do Brasil), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Table with columns: Indexador, Risco, Valor, Cenário 1 provável, Cenário 2 possível, Cenário 3 remoto. Rows include Aplicações Financeiras, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar com aquisições, Contas a pagar com aquisições, Exposição líquida - perda.

(ii) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings. 31. Análise de Sensibilidade: Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI - 1,25% (divulgada pela CETIP), INPC - 4,77% e IPCA - 4,83% (divulgada pelo IBGE) e Selic - 12,25% (Banco Central do Brasil), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Table with columns: Indexador, Risco, Valor, Cenário 1 provável, Cenário 2 possível, Cenário 3 remoto. Rows include Aplicações Financeiras, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar com aquisições, Contas a pagar com aquisições, Exposição líquida - perda.

(iii) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings. 31. Análise de Sensibilidade: Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI - 1,25% (divulgada pela CETIP), INPC - 4,77% e IPCA - 4,83% (divulgada pelo IBGE) e Selic - 12,25% (Banco Central do Brasil), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Table with columns: Indexador, Risco, Valor, Cenário 1 provável, Cenário 2 possível, Cenário 3 remoto. Rows include Aplicações Financeiras, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar com aquisições, Contas a pagar com aquisições, Exposição líquida - perda.

(iv) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings. 31. Análise de Sensibilidade: Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI - 1,25% (divulgada pela CETIP), INPC - 4,77% e IPCA - 4,83% (divulgada pelo IBGE) e Selic - 12,25% (Banco Central do Brasil), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Table with columns: Indexador, Risco, Valor, Cenário 1 provável, Cenário 2 possível, Cenário 3 remoto. Rows include Aplicações Financeiras, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar com aquisições, Contas a pagar com aquisições, Exposição líquida - perda.

continua



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos menos aplicações do que empréstimos e contas a pagar por aquisições. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas. **32. Cobertura de Seguros:** É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamen-

tos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves. **33. Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Principais transações que não afetaram o Caixa:** A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Opção de compra de participação de acionistas controladores	(1.857)	(1.857)
Compra crédito tributário	-	25.399
Compensação crédito tributário x parcelamento	-	(13.676)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.

Aos Acionistas e Administradores da **Inspirali Educação S.A.** - Belo Horizonte - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inspirali Educação S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita:** A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e cursos técnicos nas modalidades presencial e à distância. Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois as receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados e a Companhia oferece algumas modalidades de descontos e bolsas, integrais ou parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita esteja adequadamente reconhecida, líquida de qualquer desconto esperado. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e manutenção de tabela de preços; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; d) relatórios de frequência de alunos; e) emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades; (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI para confirmação da comprovação de adesão do aluno ao referido programa; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados e (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado. Como resultado destes procedimentos não identificamos ajuste de auditoria sobre a receita líquida. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas. Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.17 e 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber:** A apuração do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve subjetividade e alto grau de julgamento da diretoria da Companhia. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e avaliação do ambiente macroeconômico e setorial. A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) requer da diretoria da Companhia julgamentos de certa complexidade no que se refere à probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos. Adicionalmente, em função do ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não estão mais matriculados, trazem maior risco de perdas nas contas a receber, o que requer que sejam firmados acordos para recuperação dos créditos vencidos e julgamento para a determinação da provisão para perdas esperadas com esses acordos, que engloba não somente os alunos inadimplentes, mas também aqueles que firmaram acordos para pagamento de parcelas vencidas, que podem não ser completamente honorados. Consideramos

esse um principal assunto de auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes pode resultar em variações significativas dessa estimativa em relação às perdas reais e esperadas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento do processo para apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes, incluindo: (i) avaliação das conciliações da base de dados considerada na análise; (ii) discussão com a diretoria a respeito das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) verificação da aderência à política de provisionamento estabelecida pela diretoria para toda a base de alunos; (iv) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do aging list, aplicação dos critérios definidos pela diretoria e testes da exatidão matemática dos cálculos da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber; (v) testes das premissas da diretoria da Companhia, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, considerando as condições atuais de mercado e as estimativas futuras ao final de cada período; (vi) confronto entre os valores apurados e contabilizados de provisão. Como resultado destes procedimentos não identificamos ajuste de auditoria sobre a Provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.5 e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Teste de recuperabilidade do ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida:** Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes de R\$ 2.707.202 mil e R\$ 1.236.111 mil, respectivamente, os quais estão registrados nas demonstrações financeiras consolidadas e sujeitos a verificações anuais quanto a sua recuperabilidade (impairment). Devido à alta subjetividade das estimativas necessárias à condução do referido teste de impairment por parte da diretoria para dar respaldo às principais premissas (tais como taxa de desconto, taxa de crescimento na perpetuidade, crescimento de receita, base de alunos, valor das mensalidades, margem bruta, custos e despesas projetadas), bem como o valor contábil do ativo e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas para o período explícito e para a perpetuidade, o nível de investimentos de capital e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, base de alunos e mensalidades projetadas, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado no período explícito e na perpetuidade, inflação de custos e taxas de desconto e (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ativo e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.6 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da**

DIRETORIA
Guilherme Colin de Soárez - Diretor Presidente
Tiago Garcia Moraes - Diretor Financeiro e Relações com Investidores
CONTADOR
Ederson Toshiyuki Yoritomi
Controller (CRC/SP 1SP265176/0-8)

diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/0
Tomas Menezes
Contador MG-090648/0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/6544-DBFC-6ED9-4B9C> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6544-DBFC-6ED9-4B9C



Hash do Documento

aNlhW3vv2oGKQriR5tynQ0hgdOSIGUsQReM8fsw6/SM=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/03/2025 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) -
19.207.588/0001-87 em 26/03/2025 20:49 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA
INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

